4. Empresas — Registo comercial

BRAGA

VIZELA

MLD 1, L.^{DA}

Sede: Rua dos Belos Ares, 250, Infias, Vizela

Conservatória do Registo Comercial de Vizela. Matrícula n.º 98/010706; identificação de pessoa colectiva n.º 505517914; data da apresentação: 20050630.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano 2004.

Conferida, está conforme.

28 de Novembro de 2005. — A Ajudante, *Rosa Maria Teixeira Magalhães Antunes*.
2005389218

COIMBRA

SOURE

JOAQUIM & FRANCISCO CRUZ, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Soure. Matrícula n.º 645/050802; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 19/050802.

Certifico que entre Joaquim Farinha da Cruz, solteiro, maior, e Francisco Maria Farinha da Cruz, divorciado, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte pacto social:

ARTIGO 1.º

- 1 — A sociedade adopta a firma Joaquim & Francisco Cruz, L.^{da}
- 2 — A sociedade tem a sua sede na Rua da Estrada Nacional n.º 22, freguesia de Figueiró do Campo, concelho de Soure.
- 3 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na indústria de panificação e pastelaria e exploração de café, *snack bar* e pastelaria.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de dois mil e quinhentos euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Joaquim Farinha da Cruz e Francisco Farinha da Cruz.

ARTIGO 4.º

- 1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração conforme for deliberado, ficará a cargo de quem vier a ser designado em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.
- 2 — Para a sociedade ficar obrigada nos seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

1 — Por deliberação em assembleia geral poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante global igual a vinte vezes o capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer nas condições de retribuição e reembolso, que forem fixadas em assembleia geral.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar o capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição, registo da sociedade, instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, designadamente equipamentos e veículos automóveis, incluindo por contratos *leasing*, *renting* e aluguer de longa duração, e tomar de arrendamento imóveis necessários à prossecução dos fins sociais, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Certifico ainda que os gerentes foram nomeados em 2 de Agosto de 2005.

Está conforme o original.

2 de Agosto de 2005. — A Escriutária Superior, *Maria Hercília Costa da Cruz Páscoa*.
2004349760

FARO

TAVIRA

APLIC — COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉCTRICO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Tavira. Matrícula n.º 01302/051123; identificação de pessoa colectiva n.º 507526600; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 19/051123.

Certifico que entre José Apolinário Martins dos Reis, casado com Maria de Fátima Cabeleira Menau Reis, na comunhão de adquiridos, e Tiago Miguel Gonçalves Magro Caetano, solteiro, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelos seguintes estatutos:

ARTIGO 1.º

A sociedade adoptará a firma APLIC — Comércio de Material Eléctrico, L.^{da}, tem o seu início hoje e tem duração indeterminada.

ARTIGO 2.º

A sede situa-se na Rua de Miguel Bombarda, 122, freguesia de Santiago, concelho de Tavira, e poderá deslocar-se para qualquer outro local no mesmo concelho ou concelho limítrofe por simples deliberação da gerência.

ARTIGO 3.º

O objecto é a actividade de comércio de material eléctrico e montagens eléctricas.

ARTIGO 4.º

O capital social totalmente subscrito em dinheiro é de cinco mil euros, e está dividido em duas quotas, uma pertencente a José Apolinário Martins Reis no montante de quatro mil setecentos e cinquenta euros e outra a Tiago Miguel Gonçalves Magro Caetano no valor de duzentos e cinquenta euros.

ARTIGO 5.º

- 1 — É livre a cessão total ou parcial de quotas entre ascendentes, descendentes e entre sócios.
- 2 — A cessão total ou parcial de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

- 1 — A administração será exercida por Rolandino Aguiar Fernandes, o qual é: desde já, nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme o deliberado em assembleia geral.
- 2 — A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente.
- 3 — Para a compra, venda e troca de quaisquer máquinas e veículos automóveis, fica desde já autorizada a gerência a fazê-lo.
- 4 — A gerência poderá celebrar contratos de locação financeira e aluguer de longa duração, assim como tomar e dar de arrendamento quaisquer prédios.

ARTIGO 7.º

Salvo disposição legal diferente, as assembleias gerais serão convocadas por carta registada com aviso de recepção enviada com pelo menos quinze dias de antecedência para a morada dos sócios.

ARTIGO 8.º

1 — Poderão ser feitos suprimentos à sociedade, desde que por unanimidade seja deliberado em assembleia geral para o efeito convocada.

2 — Os suprimentos não vencerão juros a favor dos sócios nem por eles será devida qualquer outra contrapartida pela sociedade.

ARTIGO 9.º

1 — As quotas poderão ser amortizadas, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o sócio;
- b) Quando tenha sido penhorada ou arrestada, ou por qualquer motivo esteja em condições de ser vendida judicialmente;
- c) No caso de dissolução do sócio titular da quota, se este for uma pessoa colectiva;
- d) No caso de cedência da quota a estranhos nos termos do artigo 4.º deste pacto.

2 — Com excepção do caso previsto na alínea d), caso em que o valor da amortização será igual ao valor nominal da quota, se outro inferior não resultar do último balanço aprovado, e do caso previsto na alínea a), em que o valor será o que resulta do acordo, a contrapartida da amortização será a estabelecida no artigo 235.º, n.º 1, alínea a), do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º

Sem prejuízo de deliberação em contrário da assembleia geral, os lucros líquidos anuais serão distribuídos pelos sócios na proporção das respectivas quotas, após a dedução da percentagem mínima para o fundo de reserva legal e das quantias necessárias à constituição de uma provisão para impostos relativos ao exercício em causa.

ARTIGO 11.º

Fica desde já a gerência autorizada a levantar o capital social depositado para fazer face a despesas com a constituição da sociedade, registos, honorários e outras despesas.

Está conforme.

5 de Dezembro de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Ilda Maria Ponces de Jesus Serafim Coelho*.
2009957580

EMÍDIO & CELÍSIA — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Tavira. Matrícula n.º 01278/050728; identificação de pessoa colectiva n.º 507346068; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 2/050728.

Certifico que entre Manuel Emídio Martins, e mulher Maria Celísia Gago Silvestre Martins, casados na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelos seguintes estatutos:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma de Emídio & Celísia — Sociedade de Construção, L.ª, e tem a sua sede no Largo do Trem, 25, em Tavira, 8800-742 Tavira, freguesia de Santa Maria, concelho de Tavira.

2 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em construção civil, compra e venda de imóveis e a revenda dos adquiridos para esse fim.

ARTIGO 3.º

A sociedade pode adquirir e alienar participações sociais em sociedades com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em sociedades de responsabilidade limitada, e associar-se com outras pessoas para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, novas sociedades, consórcios e associações em participação.

ARTIGO 4.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de cinco mil euros, e corresponde à soma de duas quotas iguais no montante de

dois mil e quinhentos euros cada, sendo uma pertencente ao sócio Manuel Emídio Martins e a outra pertencente à sócia Maria Celísia Gago Silvestre Martins.

ARTIGO 5.º

1 — Mediante deliberação da assembleia geral poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares na proporção das suas quotas até ao limite de cinquenta mil euros.

2 — Os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, quando ela deles carecer.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência da sociedade incumbe a quem, sócio ou não, for nomeado em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o sócio Manuel Emídio Martins.

2 — A gerência será remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral.

3 — A sociedade obriga-se coma assinatura do gerente.

4 — Dentro dos limites da lei e nos termos deste contrato, o gerente tem os mais amplos poderes de gerência da sociedade e, em particular, os poderes de adquirir, vender permutar ou onerar veículos automóveis, bens imóveis, bem como para subscrever ou adquirir participações sociais noutras sociedades e para a sua alienação ou operação.

ARTIGO 7.º

É livre a cessão de quotas e a sua divisão entre os sócios; a cessão a estranhos carece do consentimento da sociedade a qual, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo, fica conferido o direito de preferência.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes termos:

- a) Se a quota for objecto de penhora, arresto ou apreendida judicial ou administrativamente;
- b) Se a quota tiver sido transmitida sem o consentimento exigido no artigo 7.º deste contrato;
- d) Se, em partilha consequente do divórcio ou separação, a quota for adjudicada, no todo ou em parte, a pessoa diferente do próprio sócio.

2 — O valor da quota amortizada será o que resultar no último balanço aprovado, e o respectivo preço será pago na sede da sociedade em duas prestações a efectuar dentro de seis meses e um ano, respectivamente, após a fixação definitiva do preço.

3 — As quotas amortizadas deverão figurar como tal no balanço, podendo a assembleia geral deliberar que, em vez delas, sejam criados uma ou várias quotas destinadas a serem alienadas a um ou alguns sócios ou a terceiros.

ARTIGO 9.º

Os lucros apurados no fim de cada exercício terão o destino que lhes for dado pela assembleia geral, respeitada a legislação em vigor sobre a constituição de reservas.

ARTIGO 10.º

Sem prejuízo de outras formalidades ou prazos exigidos por lei as assembleias gerais serão convocadas por carta registada expedida com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data da sua realização.

ARTIGO 11.º

Fica desde já autorizada a gerência a levantar o capital social da empresa.

Está conforme.

25 de Agosto de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Ilda Maria Ponces de Jesus Serafim Coelho*.
2009964446

SOTLEA — COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Tavira. Matrícula n.º 00785/990331; identificação de pessoa colectiva n.º 504382063.

Certifico que foram depositados os documentos relativos prestação de contas do ano 2005.

5 de Dezembro de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Ilda Maria Ponces de Jesus Serafim Coelho*.
2009957024